



A PRÁXIS DA LIBERDADE E A ÉTICA DA AUTONOMIA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PEDAGOGIA DO OPRIMIDO E PEDAGOGIA DA AUTONOMIA DE PAULO FREIRE

Fernando Luiz Duarte Junior¹

LA PRAXIS DE LA LIBERTAD Y LA ÉTICA DE LA AUTONOMÍA: Um análisis comparativo entre pedagogía del oprimido y pedagogía de la autonomía de paulo freire

Resumo:

Este trabalho analisa comparativamente, em paralelo, as obras *Pedagogia do Oprimido* (1970) e *Pedagogia da Autonomia* (1996), de Paulo Freire, com o objetivo de identificar as semelhanças e distanciamentos entre suas concepções conceituais, filosóficas, pedagógicas, éticas e políticas. É possível adiantar que as duas obras, embora distanciadas por mais de duas décadas, expressam a continuidade de uma mesma filosofia humanista e libertadora, que se desloca da luta coletiva dos oprimidos para a superação da realidade opressora e para a formação ética e crítica da autonomia de educadores e educandos. A análise propõe compreender a transformação do conceito de "libertação", exposto na *Pedagogia do Oprimido*, em seu contexto da Ditadura Militar no Brasil, em "autonomia", exposto na *Pedagogia da Autonomia*, no novo contexto político do neoliberalismo da década de 1990, como eixo de uma pedagogia e filosofia da humanização. Para além da descrição, busca-se tensionar filosoficamente essas categorias, problematizando seus limites, potencialidades e as implicações políticas de seu deslocamento.

Palavras-chave: Paulo Freire 1; *Pedagogia do oprimido* 2; *Pedagogia da autonomia* 3; *Libertação* 4; *Autonomia* 5.

Resumen

*Esta obra analiza comparativamente, en paralelo, las obras *Pedagogía del oprimido* (1970) y *Pedagogía de la autonomía* (1996), de Paulo Freire, con el objetivo de identificar las similitudes y distancias entre sus concepciones conceptuales, filosóficas, pedagógicas, éticas y políticas. Es posible avanzar en que ambas obras, aunque separadas por más de dos décadas, expresen la continuidad de la misma filosofía humanista y liberadora, que pasa de la lucha colectiva de los oprimidos a la superación de la realidad opresiva y a la formación ética y crítica de la autonomía de educadores y estudiantes. El análisis propone comprender la transformación del concepto de "liberación", expuesto en la *Pedagogía del Oprimido*, en su contexto de la Dictadura Militar en Brasil, en "autonomía", expuesta en la *Pedagogía de la Autonomía*, en el nuevo contexto político del neoliberalismo en los años noventa, como eje de una pedagogía y filosofía de la humanización. Más allá de la descripción, busca tensionar filosóficamente estas categorías, problematizando sus límites, potencialidades y las implicaciones políticas de su desplazamiento.*

Keywords: Paulo Freire 1; *Pedagogía del oprimido* 2; *Pedagogía de la autonomía* 3; *Liberación* 4; *Autonomía* 5.

¹Graduado em Filosofia, Universidade Estadual do Ceará (UECE), e professor da rede estadual de ensino do Ceará.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-0546-8508>

1. INTRODUÇÃO

A obra do filósofo e educador brasileiro Paulo Freire é uma das mais relevantes produções do pensamento pedagógico e filosófico do século XX. Em torno dela, consolidou-se um projeto ético, político e epistemológico de educação comprometido com a transformação social e a humanização dos sujeitos. Entre suas muitas contribuições, duas obras se destacam por sintetizarem momentos distintos de sua trajetória e da própria história brasileira: *Pedagogia do Oprimido* (1970) e *Pedagogia da Autonomia* (1996). Escritas em contextos históricos e políticos diferentes, ambas partem de uma mesma convicção — a de que a educação é uma prática essencialmente política e ética, e de que o ser humano é um ser inconcluso, em permanente processo de "ser mais".

Este artigo busca analisar os paralelos e distanciamentos entre essas duas obras, destacando o percurso filosófico e pedagógico de Freire - da práxis libertadora à ética da autonomia. Contudo, não se trata apenas de expor tais conceitos, mas de submetê-los a uma leitura crítica que interrogue suas continuidades, rupturas e os desafios que impõem ao pensamento educacional contemporâneo. Em que medida a passagem da "libertação" à "autonomia" representa uma inflexão política ou apenas uma mudança de ênfase? Há perdas ou ganhos teóricos nesse deslocamento? Essas questões orientarão a análise.

2. A GÊNESE E O CONTEXTO DAS OBRAS

Pedagogia do Oprimido surge em meio ao exílio de Paulo Freire no Chile, durante a ditadura militar brasileira. Escrita entre 1968 e 1969, a obra é atravessada por um forte tom de denúncia e esperança. Freire propõe uma pedagogia política, que nasce das experiências de alfabetização e conscientização popular realizadas no Nordeste do Brasil e no Chile, tendo como horizonte a libertação das massas oprimidas. O contexto é o da luta contra regimes autoritários na América Latina, o que confere à obra um caráter insurgente e coletivista.

Por outro lado, *Pedagogia da Autonomia*, publicada em 1996, representa o pensamento de Freire já no período democrático e de redemocratização educacional. O autor se volta, então, à formação docente e à dimensão ética da prática educativa. O tom militante e revolucionário da obra anterior cede lugar à reflexão sobre o papel e a atuação do professor, sem perder de vista o compromisso político que sempre caracterizou seu pensamento. Agora, o inimigo não é mais a ditadura explícita, mas a "ética do mercado" e o neoliberalismo,

que operam de forma difusa e sedutora. Esse deslocamento contextual é crucial: se antes a opressão era claramente localizável no Estado autoritário e na estrutura de classes, nos anos 1990 ela se torna mais capilar, penetrando nas subjetividades e nas práticas cotidianas. Isso exige de Freire uma reformulação de sua linguagem e de suas estratégias conceituais, o que nem sempre é percebido como uma adaptação teórica, mas pode ser lido também como uma resposta às novas formas de dominação.

3. A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE

O conceito de educação como prática da liberdade, formulado por Freire ainda na década de 1960, é o eixo que une as duas obras. Em *Pedagogia do Oprimido*, a liberdade é compreendida como ato de libertação coletiva, que só se realiza no processo dialógico e histórico dos oprimidos que tomam consciência de sua situação e se tornam sujeitos de sua própria história. Freire contrapõe a educação "bancária" - que deposita saberes e mantém a opressão - à educação problematizadora, que promove o diálogo e a conscientização crítica. A libertação é vista como humanização que, além de processo, é também objetivo constante na luta pela emancipação humana e o fim da exploração de classes.

Em *Pedagogia da Autonomia*, o mesmo princípio se atualiza sob o signo da autonomia do educando. A liberdade, agora, não é apenas libertação política, mas formação ética e intelectual. Ensinar, afirma Freire, "não é transferir conhecimento, mas criar as condições para sua produção". A liberdade se realiza como capacidade de pensar criticamente, de agir com responsabilidade e de construir saberes de forma autônoma. Assim, a liberdade deixa de ser apenas ato de insurgência e transformação radical da sociedade em sua forma opressora e torna-se ato de coerência ética e criação de conhecimento. O professor deve formar sujeitos capazes de pensar, conhecer e decidir por si, recusando a heteronomia que a sociedade de consumo e o autoritarismo pedagógico impõem, visando um fortalecimento da Democracia.

No entanto, essa passagem merece ser problematizada. Se na primeira obra a liberdade é pensada como ruptura coletiva com a estrutura opressora, na segunda ela tende a ser associada à autonomia individual do educando, ainda que inserida em relações dialógicas. Há aqui um deslocamento que pode ser interpretado como uma "psicologização" ou "individualização" da liberdade, ainda que Freire nunca abandone a dimensão social. A pergunta que se impõe é: em contextos de neoliberalismo avançado, onde a autonomia é frequentemente capturada pelo discurso

da responsabilização individual, a ênfase freireana na autonomia corre o risco de ser cooptada por uma lógica que ele próprio combatia? Ou, ao contrário, sua formulação é suficientemente robusta para resistir a essa apropriação? Talvez a resposta esteja na insistência de Freire em que a autonomia só se realiza na relação com o outro e na crítica às estruturas, o que a distingue da autonomia neoliberal.

4. O DIÁLOGO E A RELAÇÃO EDUCADOR-EDUCANDO

Nas duas obras, o diálogo constitui a base da relação pedagógica. Em *Pedagogia do Oprimido*, o diálogo é concebido como ato político e ontológico, pois humaniza tanto o educador quanto o educando. A famosa formulação - "Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo" (p. 78) - expressa a interdependência entre os sujeitos e o mundo e o desdobramento de sua outra frase: "Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão" (p. 58).

Já em *Pedagogia da Autonomia*, o diálogo ganha contornos éticos e existenciais: é espaço de escuta, respeito, amorosidade e responsabilidade. Freire amplia sua compreensão, reconhecendo que o ato educativo exige estética e ética, exige do educador coerência entre o que diz, o que escreve e o que faz, e "corporeificação" da palavra pelo exemplo. O educador, nessa perspectiva, deve ser exemplo daquilo que ensina - a sua vida é uma pedagogia. Freire escreve (1996): "as palavras a que falta corporeidade do exemplo pouco ou quase nada valem". (p. 34)

No entanto, é possível questionar se essa ênfase na dimensão ético-existencial não acaba por obscurecer a radicalidade política do diálogo presente na primeira obra. Em *Pedagogia do Oprimido*, o diálogo é inseparável da luta de classes e da transformação estrutural; em *Pedagogia da Autonomia*, ele parece mais centrado na relação interpessoal e na formação moral do educador. Haveria aí um recuo político? Ou seria uma estratégia para enfrentar as novas formas de opressão que atuam também no âmbito das subjetividades? O próprio Freire, ao afirmar que "ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação", mantém acesa a chama política, mas agora mediada por uma ética da responsabilidade que não se confunde com militância partidária. Essa tensão entre o político e o ético é, talvez, uma das marcas mais férteis de seu pensamento tardio.

5. DA PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA À PRÁXIS DOCENTE

Em *Pedagogia do Oprimido*, o conceito de práxis ocupa lugar central. Trata-se da unidade entre reflexão e ação voltada à transformação da realidade. A práxis é o movimento pelo qual o oprimido se conscientiza, age sobre o mundo e o recria, transformando a sociedade de classes em uma sociedade humanizadora e sem exploração. Freire, inspirado no humanismo marxista, afirma que a libertação é sempre um ato coletivo e histórico, no qual os sujeitos assumem-se como agentes de mudança².

Em *Pedagogia da Autonomia*, a práxis é reelaborada no campo da prática docente: "Ensinar exige reflexão crítica sobre a prática" (p. 38). Aqui, a práxis torna-se um exercício permanente de autoavaliação, pesquisa e compromisso com a formação ética e política do educando. O educador é convidado a reinventar continuamente sua ação pedagógica, recusando o autoritarismo, o mecanicismo e o tecnicismo.

Esse deslocamento da práxis revolucionária para a práxis docente pode ser visto como uma ampliação do conceito, mas também como uma especificação que corre o risco de perder de vista a totalidade social. Afinal, a prática docente, por mais crítica que seja, está inserida em instituições que reproduzem a lógica do capital. Freire não ignora isso, mas ao centrar-se na formação do professor, talvez subestime as determinações estruturais que limitam a ação pedagógica. Por outro lado, é precisamente nesse espaço micro que ele identifica a possibilidade de resistência cotidiana, numa perspectiva que dialoga com as teorias críticas que valorizam as práticas locais como formas de enfrentamento ao poder capilar. A questão que permanece é: até que ponto a práxis docente, sem uma articulação explícita com movimentos sociais mais amplos, pode efetivamente contribuir para a transformação radical da sociedade?

6. O SER HUMANO, O INACABAMENTO E O "SER MAIS"

A filosofia existencial freireana está presente desde a primeira obra. Em *Pedagogia do Oprimido*, o ser humano é descrito como um "ser inconcluso", consciente de sua inconclusão e, por isso, capaz de transcender e transformar o mundo. O oprimido, ao se libertar, realiza sua vocação ontológica de "ser mais". Em *Pedagogia da Autonomia*, Freire retoma o mesmo conceito, mas o coloca no contexto da formação docente e discente. O inacabamento é o ponto de partida da educação: ensinar

²Freire reutiliza conceitos e ideias como ferramentas e chaves de interpretação do mundo. Muitos autores concordam que Freire utiliza elementos de Karl Marx, como a humanização, a conscientização, a alienação, e o materialismo histórico e dialético, assim como também de autores frankfurtianos como Erich Fromm e sua biofilia, e existencialistas como Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir ao falar em liberdade e existência autêntica.

é aprender, e aprender é refazer-se. A busca pelo "ser mais", além de ontológica, torna-se um imperativo ético e pedagógico, expresso na humildade, no respeito e na curiosidade permanente.

A "curiosidade epistemológica" é, nesse sentido, a expressão da busca freireana pela transcendência, algo que diz respeito à essência, ou natureza humana. É a superação, nos educandos, de uma curiosidade ingênua, que resulta em uma consciência parcial da realidade, e uma existência heterônoma, para uma curiosidade que busca metodologicamente e de forma rigorosa o desvelamento da realidade, formando uma consciência crítica, formadora do sujeito autônomo e que confirma o "fenômeno vital".

Escreve Freire (1996): "uma das tarefas precípuas da prática educativo-progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica" (p. 32).

Estar no mundo, é ser no mundo, com o mundo e com os outros, e ser no mundo é reconhecer-se enquanto sujeito que constrói a própria história, e não apenas objeto dela, essa é uma afirmação humana do seu projeto de "ser mais".

No entanto, essa ontologia do "ser mais" tem sido alvo de críticas, especialmente por parte de correntes pós-estruturalistas e decoloniais, que questionam a ideia de uma essência humana universal e a teleologia implícita nessa noção. Para esses críticos, o "ser mais" freireano ainda estaria vinculado a uma concepção humanista ocidental que não dá conta da diferença radical e da pluralidade de modos de existência. Freire, por sua vez, nunca abandona a crença na humanização como horizonte normativo, o que lhe confere uma posição firme contra o relativismo, mas também o expõe ao risco de impor um modelo de ser humano. A pergunta que se coloca é: é possível pensar a emancipação sem recorrer a uma ideia de natureza humana? Ou, ao contrário, toda luta por libertação pressupõe alguma concepção do que seja uma vida digna? Esse debate permanece em aberto e a obra de Freire, longe de resolvê-lo, oferece pistas para pensá-lo.

7. ÉTICA E POLÍTICA NA PEDAGOGIA FREIREANA

A ética é o ponto de chegada e de unificação entre as duas obras. Em *Pedagogia do Oprimido*, a ética se manifesta como luta contra a opressão e a

desumanização; é uma ética da libertação. Em *Pedagogia da Autonomia*, ela se torna uma ética universal do ser humano, alicerces de toda prática educativa. O educador ético é aquele que age com coerência, amorosidade, respeito e compromisso com a dignidade do outro. Freire distingue a ética universal - da solidariedade e da justiça - da "ética do mercado", que reduz o ser humano ao consumo e à competição.

Assim, o compromisso ético do educador é também político: ensinar é sempre intervir no mundo. A neutralidade, afirma ele, é impossível e, mais ainda, imoral. Escreve Freire (1996): "Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra." (p. 77) O educador sempre fará escolhas, e suas escolhas implicam em intervenções e formas de estar no mundo e com os outros, a ação pedagógica é sempre uma ação política, e portanto, deve ser ética e ter como objetivo a humanização, em face da desumanização e das práticas reforçadoras disso.

Essa defesa de uma ética universal, no entanto, pode ser problematizada. Em um mundo marcado pelo pluralismo moral e pela crítica às metanarrativas, a afirmação de uma ética universal soa, para alguns, como resquício de um humanismo ingênuo ou autoritário. Mas Freire não entende a universalidade como imposição; para ele, trata-se de uma universalidade construída no diálogo e no reconhecimento da dignidade de todos os seres humanos, o que a aproxima de uma ética discursiva. Ainda assim, cabe questionar: essa ética universal é compatível com a defesa da diferença e da diversidade cultural? Ou tenderia a homogeneizar as lutas? A resposta freireana parece ser a de que a luta contra a opressão é comum a todos os oprimidos, mas as formas de opressão são diversas, exigindo respostas situadas. A ética universal, nesse sentido, funciona mais como horizonte regulador do que como fórmula pronta.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise comparativa das duas obras revela que *Pedagogia do Oprimido* e *Pedagogia da Autonomia* não representam uma ruptura no pensamento de Paulo Freire, mas uma ampliação e um deslocamento de sua filosofia e pedagogia. Ambas partem da mesma matriz humanista e libertadora, mas se voltam a contextos e desafios distintos. Enquanto a primeira é o manifesto de insurgência de um educador exilado, que sonha com a libertação coletiva dos oprimidos, a segunda é o

testamento ético de um mestre que, diante da crise moral e neoliberal do mundo, reafirma a necessidade de esperança, responsabilidade e coerência na ação pedagógica.

A passagem da libertação à autonomia, da revolução à ética, não é um abandono da utopia, mas sua reconfiguração no cotidiano da sala de aula. Freire não deixa de ser político; apenas desloca a política da rua para o espaço da relação pedagógica escolar, onde o humano se constrói e se transforma. No entanto, como procuramos demonstrar, esse deslocamento não é isento de tensões e desafios. A ênfase na autonomia individual, na práxis docente e na ética universal, se não for criticamente situada, pode perder de vista as determinações estruturais que continuam a produzir a opressão. Mas, lida em chave dialética, a obra tardia de Freire oferece instrumentos para enfrentar as novas formas de dominação que atuam no âmbito das subjetividades e das relações cotidianas. Sua filosofia, em última instância, permanece fiel ao mesmo ideal: a humanização do ser humano por meio do diálogo e da consciência crítica, agora rearmada para os desafios de um mundo em que a opressão se tornou mais difusa, mas não menos perversa.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996